

Haroldo Hollanda

Apoio de Ulysses e Aureliano a Sarney

O ministro Aureliano Chaves, em conversas com amigos seus, vem transmitindo a impressão de que considera indispensável uma aliança política que inclua a ele próprio, como representante da Frente Liberal, e o deputado Ulysses Guimarães, como presidente do PMDB, liderados obviamente pelo presidente Sarney. Essa aliança teria como objetivo fundamental assegurar não só o mandato de cinco anos para o presidente Sarney e a tranquilidade do processo de transição política, como criar as condições essenciais a que na Constituinte venha a prevelecer o sistema presidencial de governo. Não há dúvida de que o Legislativo perdeu poderes, os quais lhe devem ser devolvidos, mas sem que isso implique na criação do parlamentarismo, ainda mais com os poderes divididos entre o Executivo e o Legislativo. O ponto de vista do presidente e de Ulysses e Aureliano são coincidentes a respeito dessa matéria.

O ministro Aureliano Chaves parte ainda do pressuposto de que o deputado Ulysses Guimarães representa não só o político mais experimentado do PMDB, como a figura em condições de estabelecer o necessário equilíbrio entre as diversas correntes que ali se debatem. Confessa ainda que melhorou, sensivelmente, nos últimos dias, o seu relacionamento político com o presidente Sarney, que não andou muito bem, especialmente na fase que precedeu à substituição do ex-ministro Dílson Funaro na pasta da Fazenda. Naquela ocasião, amigos de Aureliano detectaram manobra política dentro do governo, a que não estaria alheia alta personalidade da Frente Liberal, visando retirá-lo do poder.

O ministro das Minas e Energia reconhece que, na fase de impopularidade pela qual passa o governo, a Frente Liberal, em suas bases, experimenta problemas de instabilidade política. Se a direção partidária se curvasse aos apelos que partem das bases para realização imediata de uma convenção nacional, é possível que, em decorrência dessa reunião, viessem a eclodir manifestações de peso na Frente Liberal favoráveis a um rompimento com o governo. Entende, porém, que tanto a Frente Liberal como o PMDB, que formaram a Aliança Democrática no curso da última sucessão presidencial, têm responsabilidades com a transição democrática que deve ser assegurada.

Eleições diretas em 88

O ex-ministro Fernando Lyra, do PMDB de Pernambuco, é da opinião de que só há um meio de promover as eleições presidenciais diretas em 88, qual seja através de um movimento popular de rua, capaz de sensibilizar a grande maioria da Constituinte. Ponto de vista semelhante tem também o deputado Miro Teixeira, do PMDB do Rio, um dos responsáveis pelo pedido de convocação da convenção nacional do partido, que promete ser adiada, de acordo com as expectativas dominantes.

O deputado Miro Teixeira, a exemplo da maioria dos integrantes dos grupos de esquerda do PMDB, faz críticas ao comportamento político mais recente do deputado Ulysses Guimarães. De uma maneira ou de outra, acha Miro que o PMDB, como partido, tem os seus dias contados, em face da divisão ideológica que vai marcando seus passos na Constituinte. Mas ele acredita que esse processo poderá experimentar ritmo de rápida aceleração, se a Convenção Nacional do PMDB, convocada com a finalidade de definir a duração do mandato do presidente Sarney, for realmente adiada hoje pelo comando partidário. Isso porque os diversos setores do PMDB, que, segundo o seu juízo, estão identificados com a vontade das ruas e que pregam as eleições presidenciais diretas em 88 serão obrigados a formar uma frente suprapartidária.

A propósito, no início de junho, em teatros e em manifestações de rua organizadas, anuncia o parlamentar fluminense, será iniciada campanha em favor das eleições diretas presidenciais em 88. Acredita ele que essa seja a única fórmula em condições de livrar o país do impasse político para o qual marcha de forma inexorável.

Teste

Numa conversa informal com um grupo de políticos, os deputados Carlos Santana, líder do governo na Câmara, e Prisco Viana, político que goza da confiança do presidente Sarney, afirmaram que não houve alteração na orientação traçada pelo governo de só dar participação no poder aos que com ele estiverem solidários. Esses comentários foram feitos a propósito de rumores correntes no Congresso de que o presidente Sarney, em virtude das críticas surgidas na imprensa e no meio político, estaria disposto a reexaminar a linha por ele fixada ao estabelecer uma via de duas mãos para os políticos e os partidos que apoiam o seu governo.

Em tom de desafio, Santana e Prisco responderam em coro:

— Quem quiser constatar se houve ou não alteração na atitude do governo em relação aos seus aliados políticos, que procure testar.

Cinco anos para Sarney

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, reconhece que cresceu muito entre seus próprios correligionários os que passaram a advogar a tese do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Covas deixa transparecer que isso se deve em grande parte às pressões políticas exercidas pelo governo. Cita, como exemplo, o fato de que já não há mais nenhum governador do seu partido contrário aos quatro anos. Mas o líder do PMDB, a exemplo de todos os que pensam como ele, acha que o problema da duração do mandato de Sarney somente será resolvido no plenário da Constituinte, durante a votação do capítulo das disposições constitucionais transitórias.